

## **(RE)VISITANDO O BAIRRO DE JAGUARIBE: ORIGENS, OCUPAÇÃO, FORMAS DE USO DO ESPAÇO DO BAIRRO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

**Juliana Barros Mendonça**

**UFPB-Graduanda em História**

**Palavras-chave: Jaguaribe, urbanização, patrimônio.**

Na construção do espaço urbano o bairro pode ser observado como uma espécie de micro-espaço dentro da própria urbe. O bairro se configura enquanto *locus* em que diversas experiências da vida social acontecem, tais como o comércio, o trabalho, o lazer e outras relações das mais variadas ordens entre seus moradores. Tais experiências são capazes de suscitar a noção de pertencimento dos moradores ao referido local, portanto, ao se configurar enquanto estrutura em que as relações sociais se concretizam, é possível afirmar que os bairros possuem, sem dúvida, um relevante caráter histórico, alicerçado em suas origens, ocupação e formas de uso do seu espaço.

Em se tratando da cidade de João Pessoa, apesar desta se configurar como sendo a terceira cidade mais antiga do Brasil, a historiografia a respeito de seus bairros ainda é, infelizmente, um tanto quanto negligenciada. As raras produções são, muitas vezes, fruto da insistência e curiosidade de pesquisadores, professores e outros profissionais em deslindar a história urbana da capital. Por vezes essas produções não chegam sequer a serem publicadas, o que contribui para que não exista, de fato, uma vasta bibliografia acerca do assunto.

Apesar da escassez de fontes em relação ao tema, este trabalho foi constituído no intuito de vir a contribuir para as pesquisas que coadunam com a temática, em especial, no que diz respeito ao bairro de Jaguaribe, afinal, a ocupação e gradual processo de urbanização deste bairro se configura de maneira concomitante à ocupação e urbanização da capital. Neste sentido, entender as origens, ocupação, crescimento e urbanização do bairro de Jaguaribe possibilita entender também, de certa maneira, como tais processos se configuraram na cidade de João Pessoa como um todo.

O presente trabalho tem como objetivo estudar o bairro de Jaguaribe através do levantamento histórico de suas origens, ocupação e início de sua urbanização, possibilitando estabelecer um paralelo entre a evolução urbana e os usos de seus espaços públicos e privados, fatores que influenciam na conservação/degradação de seu patrimônio histórico. A metodologia para a realização do trabalho se constitui, basicamente, do levantamento bibliográfico a respeito do tema. Com o andamento da pesquisa será realizado, também, o levantamento acerca da evolução urbana do bairro de Jaguaribe, bem como o uso de seus espaços e equipamentos urbanos pelos moradores do bairro e demais habitantes da cidade de João Pessoa que, de alguma forma, travam relações sociais

dentro de Jaguaribe. Também será de extrema relevância apurar quantitativamente quais são os prédios/equipamentos urbanos localizados no bairro que já são ou estão em processo de tombamento, bem como fazer um levantamento do estado de conservação patrimonial dos referidos prédios tombados localizados no bairro.

As origens da área da cidade conhecida como Jaguaribe datam do período colonial da História do Brasil, mais especificamente a partir do ano de 1587. Vale salientar que a área em que hoje está localizado o bairro é identificada como pertencente, à época da colonização, ao povo potiguara, uma das nações indígenas que habitavam o litoral nordestino. Uma das evidências para este fato está ancorada justamente na origem da palavra Jaguaribe que significaria “rio dos jaguares” ou “rio onde as onças bebem água”

No referido ano de 1587 é concedida, pela Coroa Portuguesa, uma sesmaria em favor do senhor Francisco Gonçalves Serralheiro. Tal sesmaria estaria localizada na área em que hoje está o bairro de Jaguaribe, limitando-se com a região do Varadouro e uma área indígena denominada Aldeia Braço de Peixe. Eis a transcrição do documento:

Joam Tavares cappitão mor e governador nesta cidade de Nossa Senhora das Neves capitania da Parahyba por el rey nosso senhor faço saber aos que esta minha carta de data e sesmaria virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oytenta e sete annos, aos oyto dias do mez de fevereiro do dito anno nas pouzadas de mim escrivão pareceu Francisco diz morador nesta cidade, e por elle me foi dado huma petição com um despacho do senhor Joam Tavares capitão e governador, a qual petição e despetição é o seguinte, Senhor diz Francisco Gonçalves Serralheiro assistente nesta povoação da Parahyba, em a qual está em serviço de sua majestade que a elle lhe he necessário mil braças de terra em Jaguaribe em coadra além do ryo da banda do sul e assim mais a varge da banda do Varadouro com as agoas vertentes da parte e junctamente com a ilha aonde he aldeã do Braço do Peixe, contestando com agoa salgada. O que se achar para nella dita terra fazer benfeitoyas, pelo que pede a vossa mercê lhe mande passar sua carta de data e receberá mercê. Passe carta ao suplicante de mil braças de terra em coadra na parte que pede, de cincoenta braças da banda dos manguez no varadouro para cazas e quintal, não prejudicando aos caminhos e serventias desta povoação. “Joam Tavares”

A ocupação do bairro de Jaguaribe tende a se processar de maneira lenta e gradual desde o período da colonização até a década de 30 do século XX. Apesar da gradual ocupação e urbanização, Jaguaribe não perde, nos primeiros anos do século XX, as características de um grande sítio o que, de certa forma, coaduna com as feições rurais de algumas localidades da cidade da Parahyba no mesmo período. O processo de ocupação do bairro ocorreu em dois momentos: o primeiro deles caracterizou-se pela doação de terras (sesmarias) e pela ocupação de terras ditas devolutas, ou seja, terras que eram concedidas pela Coroa Portuguesa, mas que acabavam sendo, por alguma razão, negligenciadas pelos seus donos, vindo a ser conferidas a outras pessoas que tivessem condições de nelas habitar e fazer benfeitorias, contribuindo com o processo de colonização e o projeto de ocupação colonial engendrado pela Coroa Portuguesa. Para garantir o acesso às terras devolutas seria necessário ao proponente fazer petição formal à Coroa. O segundo momento da ocupação se processou no fim do século XIX e início do século XX, quando a elite agrária da Paraíba, cujos capitais advinham principalmente da atividade canavieira ou algodoeira, se instalou na capital, mais precisamente nas imediações da Rua das Trincheiras, localizada nas cercanias do bairro de Jaguaribe.

Entretanto, não apenas a elite, mas também o estrato social menos favorecido obteve acesso à moradia no bairro. Para as classes sociais mais pobres este acesso foi facilitado por instituições de caridade de caráter religioso que aforavam terras para a população de migrantes advindos das áreas interioranas e que, em geral, estavam à procura de melhores condições de trabalho. Uma das instituições que realizava o trabalho de aforar terras aos mais necessitados era Santa Casa de Misericórdia da Parahyba.

Procedentes das diversas cidades do interior da Parahyba, as famílias pobres, ao chegarem à capital, procuravam em Jaguaribe um lugar para morar. Como os proprietários dos sítios e terrenos não os habitavam, alocavam essas famílias. Essa medida reproduziu na cidade a rede de proteção às classes pobres e foi eficaz, sobretudo por que se tornou indispensável à manutenção da ordem, à medida que tirava as famílias pobres da rua e impunha-lhes o controle. Os proprietários dos sítios foram incentivados pelos provedores da Santa Casa de Misericórdia, que não se cansavam de recomendar aos proprietários de terras a colaboração com os necessitados.

Esta população de migrantes alocados em Jaguaribe geralmente residia em pequenos casebres, muitos deles com o teto coberto por palha. Os migrantes conseguiam meios de se manter precariamente na capital por que arrumam pequenos biscates ou empregos de baixa remuneração nas áreas próximas de Jaguaribe. Esses trabalhadores exerciam algumas profissões, tais como alfaiates, sapateiros, costureiras, estivadores etc. Todavia, Jaguaribe ainda não apresentava infra-estrutura adequada para receber esta população nas primeiras décadas do século XX. Foi a partir da efetiva modernização da cidade da Parahyba, em 1910, que algumas benfeitorias direcionadas às áreas centrais da cidade chegaram a Jaguaribe, porém se restringiram às proximidades da Rua das Trincheiras que, à época, era chamada de bairro das Trincheiras.

O desejo da modernização fazia parte da mentalidade da época. Benfeitorias como a luz elétrica, os serviços do bonde, a abertura de ruas, entre outros eram ansiadas por grande parte da população da capital e, em Jaguaribe, isto não era diferente. Vale salientar que as primeiras ruas do bairro foram abertas pelos seus próprios moradores e não pelo poder público. As condições efetivas de salubridade e higienização ficaram restritas à área em que as residências ditas “arrojadas” estavam presentes. A população da área mais periférica do bairro, onde se localizavam as casas simples, os pequenos casebres de palha e as bodegas continuou negligenciada, ou seja, sem receber as benfeitorias que foram realizadas pelo poder público na parte do bairro onde se localizavam as residências de alto padrão.

A arquitetura das casas existentes no bairro à época era um elemento que, sem dúvida, demonstrava o poder aquisitivo de seus moradores. Na Rua das Trincheiras eram recorrentes os palacetes dotados de terraços amplos, grandes janelas, varandas e que apresentavam áreas verdes, tais como jardins e pomares. As casas dos trabalhadores e migrantes pobres, ao contrário, eram minúsculas, contando apenas com porta e janela frontal, sendo conjugadas ou “geminadas” com as casas vizinhas.

Com objetivo de atender à elite agrária que agora se fixara na cidade, em especial na Rua das Trincheiras, foi criada uma espécie de “rede de serviços” privados, públicos e religiosos nesta artéria do bairro. Esta população de elite, advinda do interior para a capital, se estabelece nas áreas urbanas devido à mudança do eixo dinâmico da economia. Embora a produção agrícola ainda acontecesse na zona rural, a comercialização e a exportação de mercadorias ocorrem no espaço comercial que tem o centro e suas adjacências como elementos vitais para a circulação e acumulação de capital. São exemplos da chamada “rede de serviços” a criação do Curato de Nossa Senhora do Rosário, o Externato Sagrada Família para a educação das “filhas da elite” e o Cinema Santo Antônio, de responsabilidade dos franciscanos. A população pobre também passou a contar

com alguns poucos benefícios como o Orfanato D. Ulrico (criado em 1912 e posto em funcionamento no ano de 1922) que muitas vezes acolhia os filhos das famílias migrantes pobres que não tinham condições de criá-los, além do chafariz público erguido à antiga Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino) em 1913. O serviço de bonde só passou a ser instalado na artéria periférica do bairro no ano de 1932, a fim de atender à população mais pobre que se deslocava de Jaguaribe para trabalhar no bairro do Varadouro. O bonde contava apenas com o funcionamento e horário restrito aos dias úteis. As viagens eram realizadas no início da manhã, quando os trabalhadores se deslocavam para seu local de trabalho, e ao fim da tarde, quando retornavam para as suas residências.

Até a década de 50 do século XX, o bairro de Jaguaribe apresentou um quadro de crescimento e urbanização bastante significativo, o que pode ser demonstrado pelo fluxo de compra e venda de terrenos naquela localidade à época. A partir dos anos 60, 70 e 80 do mesmo século é possível perceber que passou a existir uma alteração no caráter eminentemente residencial do bairro. Tal mudança de realidade será consequência de alguns fatores, dentre os quais, é possível destacar a mudança do padrão de desenvolvimento urbano da cidade de João Pessoa para as áreas próximas do litoral, seguindo o eixo da Avenida Epitácio Pessoa (construída em 1933) e a construção dos conjuntos habitacionais, iniciada ainda no governo do presidente João Goulart, em 1963 e continuada, porém não da mesma maneira, pelo Regime Militar durante o período de vigência do mesmo (1964-1985).

A cidade de João Pessoa se originou às margens do Rio Sanhauá e, por este motivo, as suas moradias, prédios públicos e comerciais foram construídas no entorno desta área. Ao contrário de outras capitais nordestinas, tais como Recife e Salvador, que tiveram o seu eixo de crescimento partindo do litoral, o crescimento de João Pessoa seguiu da área central para a litorânea. Até a década de 1950 os bairros de João Pessoa se localizavam nas áreas próximas ao hoje chamado Centro Histórico da cidade. Esta área da cidade já se apresentava bastante adensada. Era preciso que a expansão da capital tomasse outras direções, o que acabará ocorrendo após a década de 50. A construção de três equipamentos urbanos contribuíram para a mudança do eixo de crescimento da cidade de João Pessoa: o anel rodoviário, o Distrito Industrial e o Campus da Universidade Federal da Paraíba. Este último, em especial, consolidou-se como sendo a primeira atividade urbana permanente da cidade situada à sudeste, para além do vale do Jaguaribe.

Próximo ao entorno da Universidade Federal foi construído o maior dos conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH durante a década de 1960: o Conjunto Castelo Branco. Não apenas o Castelo Branco, como também outros conjuntos foram, gradativamente, modificando a paisagem e os eixos de crescimento da capital em outras direções. À medida que a cidade crescia para o eixo sul/sudeste, próximo a UFPB, outros conjuntos foram

surgindo até o fim da década de 1980, como o Conjunto dos Bancários e Mangabeira. Nas proximidades da Epitácio Pessoa e do eixo rumo a Cabedelo, surgiram também outros conjuntos habitacionais como o Conjunto Redenção, localizado no bairro de Jardim Luna, o Conjunto Brisa Mar e o Conjunto João Agripino. Portanto, é possível afirmar que alguns dos vários conjuntos habitacionais construídos entre as décadas de 60 e 80 se transformaram em alternativas de moradia para parte da população pessoense que residia nas áreas centrais da cidade. Além da construção dos conjuntos habitacionais, a política de recursos do SFH contemplava também os chamados financiamentos isolados, para a construção de moradias de alto padrão. A orla marítima da capital, que gradativamente passava da condição de área de veraneio para área de ocupação permanente, recebeu uma concentração de financiamentos: a orla marítima passa a assumir uma ocupação de uso mais permanente e definir um novo eixo de expansão da cidade que se estenderia gradativamente dos bairros de Cabo Branco e Tambaú, para Manaíra e Bessa. Com as moradias de alto padrão sendo construídas na orla marítima da capital, parte considerável da elite, que outrora residia em certas áreas de Jaguaribe, como a Avenida das Trincheiras e Avenida João Machado, passa a ocupar não só a orla, como também outros bairros/áreas que apresentavam moradias de alto padrão. São exemplos dessas áreas o entorno da Avenida Epitácio Pessoa, tais como o Bairro dos Estados, Tambauzinho e o bairro de Miramar.

Com a expansão da cidade em direção leste, ocorreu uma transferência para a Avenida Epitácio Pessoa, da burguesia urbana e rural que residia, principalmente, na Avenida João Machado e Avenida Trincheiras.

Com a transferência definitiva de parte considerável da população de maior poder aquisitivo para a orla marítima, muitos dos belos palacetes de Jaguaribe ficaram sem funcionalidade. O que fazer com estas áreas agora desabitadas do bairro?

Na década de 1970, mais precisamente durante a administração do então governador do Estado, Ernani Sátyro, foi construído o Centro Administrativo Estadual, exatamente na área onde funcionava a antiga feira de Jaguaribe. Com a construção do Mercado Público do bairro, a feira foi transferida para as proximidades da Avenida 1<sup>o</sup> de maio (próximo ao atual CEFET). Apesar da iniciativa do governo estadual à época, o Centro Administrativo não conseguiu comportar em sua estrutura todas as repartições públicas estaduais. Como alternativa para aplacar o problema, o Governo do Estado passou a locar os antigos palacetes pertencentes a particulares para abrigar algumas repartições. Em alguns prédios foi necessário fazer adaptações em sua estrutura física para que estes viessem a

atender aos novos propósitos de utilização. Como exemplos de repartições públicas que funcionavam em antigas residências de Jaguaribe estavam a Comissão Estadual de Planejamento - CEPA, localizada na Avenida Capitão José Pessoa e a Fundação Instituto de Planejamento - FIPLAN, localizada na Avenida 1<sup>o</sup> de maio. Além desses exemplos, outros prédios de particulares foram ocupados pelo poder público em outros importantes corredores do bairro de Jaguaribe, tais como: Rua 24 de maio, Avenida João Machado e Avenida Vasco da Gama.

Assim, é possível afirmar que o bairro de Jaguaribe perdeu a característica de ser um bairro eminentemente habitacional para se tornar, a partir da mudança de uma parte considerável de sua população de elite para o eixo da orla marítima, um bairro que passou a abrigar serviços de natureza pública, o que configura, inclusive, a mudança da finalidade de utilização de alguns prédios particulares adaptados para abrigar órgãos públicos das instâncias municipal, estadual e federal.

Nos dias atuais observa-se um novo “fenômeno” em Jaguaribe: a mudança de alguns dos órgãos públicos localizados neste bairro para outras áreas da cidade de João Pessoa, tais como o Departamento de Trânsito – DETRAN e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO que antes estavam localizados no bairro e agora se encontram no bairro de Mangabeira. Outro exemplo de mudança de órgão público que por vários anos funcionara no bairro de Jaguaribe foi a Fundação de Ação Comunitária - FAC, que outrora se localizava na Rua 24 de maio e mudou-se recentemente para a Avenida Eptácio Pessoa. Não é possível ainda afirmar que existe um “fenômeno de migração” dos órgãos públicos de Jaguaribe para outras áreas da cidade, entretanto, se tais mudanças continuarem a ocorrer com maior frequência, torna-se imperioso pensar naquilo que deve ser feito com os prédios que antes abrigavam estas repartições e que, a partir de então, podem vir a se tornar desocupados. Esta deve ser uma preocupação não apenas do poder público, mas também dos proprietários dos prédios em questão. Políticas de conservação patrimonial que apontem para novos usos desses espaços podem se configurar como uma saída possível de ser aplicada caso esta realidade se perpetue.

Neste sentido, é possível levantar alguns pontos que fazem referência ao patrimônio histórico material encontrado no bairro de Jaguaribe. Pelo fato de Jaguaribe ser um bairro que se localiza nas proximidades do chamado Centro Histórico da cidade de João Pessoa é uma área que apresenta prédios/equipamentos urbanos de relevante valor histórico. Um exemplo de equipamento urbano presente no bairro é a chamada Balaustrada, tombada desde 1980, localizada na Avenida João da Mata. A Balaustrada separa, em sentido longitudinal, o bairro de Jaguaribe da comunidade Saturnino de Brito. Tal equipamento foi construído durante a gestão do Presidente Camilo de Holanda (1918). Entretanto, de forma um tanto quanto diferente do centro Histórico da capital, os

prédios/equipamentos que possuem relevância histórica em Jaguaribe encontram-se pulverizados, ou seja, espalhados por diferentes áreas, ruas e avenidas do referido bairro.

Apesar de tal característica, é notório que em duas artérias do bairro, em especial, esta presença se configura de maneira mais homogênea. Trata-se da Rua das Trincheiras, que pode ser considerada como sendo uma espécie de “prolongamento” da Avenida Duque de Caxias (Centro), uma das mais antigas artérias da cidade. Outra área é a Avenida João Machado, que interliga o bairro de Jaguaribe ao Centro e ao bairro da Torre.

Em se tratando de patrimônio histórico, é possível apontar duas importantes discussões acerca do tema que, de certo modo, coadunam com a realidade da cidade de João Pessoa e do bairro em estudo: a relação entre patrimônio *versus* capital e a relação entre conservação *versus* modernidade. Esta primeira relação configura-se, infelizmente, de forma nada harmoniosa, pois perpassa necessariamente pelo valor agregado que o solo urbano possui em detrimento do valor social, artístico e histórico de um determinado equipamento urbano. No bairro de Jaguaribe esta realidade não é diferente. Neste sentido,

É bom registrar que o tombamento não priva do direito de propriedade o cidadão, mas impinge ao imóvel restrições administrativas pelo caráter social adquirido quando considerado um bem de valor público.

É perceptível que alguns proprietários de prédios que possuem relevância histórica no bairro, independente dos mesmos serem tombados ou não, os deixam, literalmente, “caírem aos pedaços” para que o terreno onde os mesmos se encontram possam ser negociados livremente.

Uma saída possível para intermediar a relação patrimônio *versus* capital tem sido encontrada na atividade turística. Entretanto, é importante ressaltar que, da mesma maneira que esta atividade pode vir a contribuir para a valorização do patrimônio pode também, por outro lado, acelerar o processo de degradação do mesmo, principalmente se as atividades referentes ao turismo forem realizadas de forma desorganizada, ou seja, sem uma política de planejamento estratégico adequada e, principalmente, comprometida com a conservação patrimonial.

A segunda relação, conservação *versus* modernidade é, de fato, uma relação que passa pela maneira como o equipamento é utilizado. A indagação que se faz, neste sentido, é a seguinte: seria correto restaurar um equipamento ou prédio, de natureza pública ou privada, com o objetivo de utilizá-lo para um determinado fim que coaduna com a questão da conservação patrimonial ou seria melhor transformá-lo num equipamento “moderno”, demolindo-o, no todo ou em parte, a fim modificá-lo por completo?



Pode ser observado, não obstante, um sentimento ambíguo com relação ao patrimônio: ao mesmo tempo em que ele remete ao passado e a uma relação de afetividade, ele indica impossibilidade de mudanças e, conseqüentemente, de progresso, conforme indica nossa cultura modernista.

Observa-se, portanto, que essas discussões acerca de patrimônio, especificamente, se caracterizam por suas dicotomias. No que se refere à cidade de João Pessoa, seja nas áreas do Centro Histórico ou nos bairros, como Jaguaribe, tais relações não são diferentes.

Por fim, é possível traçar um paralelo entre o estado de conservação patrimonial dos equipamentos/prédios existentes no Centro Histórico de João Pessoa e aqueles que se encontram no bairro de Jaguaribe. Como o fluxo de pessoas que freqüentam as áreas do chamado Centro Histórico da cidade é maior e permanente se comparado ao bairro de Jaguaribe, seus prédios de relevante valor histórico, social e artístico recebem maior atenção do poder público, a exemplo do que vem acontecendo com a restauração de algumas edificações como o Hotel Globo e o Casarão dos Azulejos, a partir de convênio firmado entre o governo estadual e o governo da Espanha.

Portanto, apesar da proximidade das áreas centrais, os prédios e equipamentos urbanos de Jaguaribe possuem uma visibilidade menor do que aqueles localizados no Centro Histórico da capital. Com isso, a situação de abandono e descaso de alguns prédios e equipamentos localizados no bairro se apresenta de maneira bastante acentuada. Contudo, isso não significa afirmar que o atual estado de conservação patrimonial do Centro Histórico da cidade encontre-se de forma a garantir a total preservação dessa área. Ao contrário, faz-se necessário elaborar um maior número de políticas públicas comprometidas com tal interesse, ou seja, a preocupação em relação à preservação patrimonial deve ser demonstrada não somente tomando como referência o Centro Histórico ou o bairro de Jaguaribe, mas também a cidade de João Pessoa como um todo.